

Participação política não eleitoral:

**Uma análise da relação entre moradores e
governo local no Rio de Janeiro (1922-
1930)**

Non-electoral political participation: an analysis of the
relationship between residents and local government in Rio
de Janeiro (1922-1930)

IVAN SOUZA VIEIRA

Doutorando em Ciência Política no CIDE – Centro de Investigación y
Docencias Económicas (México)

ivan.vieira@outlook.com.br

RESUMO: Este artigo analisa como os moradores de Copacabana entre 1922-1930 se relacionaram com autoridades do governo local buscando converter suas demandas em bens e serviços públicos. Os problemas que nortearam a investigação foram: como esses moradores, em um contexto de democracia representativa débil, conseguiram participar do debate político e influenciar as decisões tomadas por atores políticos? Quais foram as estratégias utilizadas para vocalizar as demandas? Como o Estado recebeu e administrou tais petições? Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi dividida em duas partes. Inicialmente, produzimos um banco de dados extraindo informações de um jornal chamado "Beira-Mar". A segunda parte consistiu em acompanhar as reivindicações coletivas por educação e as contingências que levaram a um desdobramento positivo da demanda. A partir da análise efetuada, constatamos que o diálogo entre autoridades políticas e alguns moradores de Copacabana foi frequente, o que resultou em algumas oportunidades reais para parte da população participar dos assuntos políticos da cidade e influenciar decisões políticas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política; Rio de Janeiro; Copacabana.

ABSTRACT: This article analyzes how Copacabana residents interacted between 1922 and 1930 with local government authorities seeking to convert their demands into public goods and services. The problems that guided the investigation were: How did these residents, in a context of weak representative democracy, manage to participate in the political debate and influence the decisions made by political actors? What were the strategies used to voice the demands? How did the State receive and manage such petitions? From a methodological point of view, the research was divided into two parts. Initially, we produced a database extracting information from a newspaper called "Beira-Mar". The second part consisted of following the collective demands for education and the contingencies that led to a positive unfolding of the demand. From the analysis, we found that the dialogue between political authorities and some residents of Copacabana was frequent, which resulted in some real opportunities for part of the population to participate in the city's political affairs and influence local political decisions.

KEYWORDS: Political participation; Rio de Janeiro; Copacabana.

Introdução

Compreender como os bens públicos são providos e distribuídos em contextos de democracia representativa tem sido um interesse constante dos cientistas sociais. Um dos argumentos recorrentemente utilizados é que as características inerentes a um sistema representativo geram efeitos positivos na alocação e distribuição dos serviços públicos (HERRERA & POST, 2014). Muitos dos trabalhos incluídos nesta perspectiva partem da ideia de que, quanto maior o sufrágio e a participação eleitoral, maior o mecanismo de controle dos representados sobre os representantes; portanto, os governantes terão preferência por serem mais responsivos às demandas populares (MIN, 2008).

No entanto, o que acontece nos casos em que as instituições democráticas são fracas e o sistema representativo não funciona como esperado? Nesses contextos, como a sociedade civil pode se tornar um ator politicamente relevante a ponto de influenciar as decisões do poder público local? Este artigo busca responder a tais questões por meio da análise da participação política no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Mais especificamente, a análise se concentra na cidade do Rio de Janeiro, em como os moradores de Copacabana interagiram com o poder público local e, de alguma forma, conseguiram garantir que seus interesses fossem considerados num contexto em que a democracia plena ainda não era uma realidade no país.

No Brasil, a história do governo representativo data de 1824, quando todos os homens, maiores de 25 anos (21, se casados), católicos, livres e com renda anual de mais de 100 mil réis (valor relativamente baixo para o período) podiam participar da escolha dos representantes locais e regionais (BETHELL, 1994). Nas últimas décadas do século XIX, com o fim do período denominado "Brasil Império", foi aprovado um novo texto constitucional, e a possibilidade de votar também nas eleições nacionais

foi estendida a alguns grupos sociais, embora limitada a outros (como os analfabetos). No entanto, essa experiência de governo representativo ainda apresentava importantes limitações. Até hoje, grande parte da historiografia brasileira reforça a ideia de que *"elections were all characterized by fraud and violence"* e que estas serviam apenas como *"mechanism of social control over a hierarchical order which was determined almost exclusively by rural landlord"* (POSADA-CARBÓ, 2000, p. 625-626).

Embora na cidade do Rio de Janeiro (na época, a capital do país) as condições político-eleitorais fossem consideravelmente mais favoráveis do que em outras partes do país, os cariocas dificilmente conseguiam processar suas demandas apenas pelos mecanismos convencionais de representação, como o voto. Assim, além do direito ao voto, muitos moradores da cidade recorreram a outras formas de participação política para manifestar suas petições às autoridades locais.

Assim, defendemos que apesar das vulnerabilidades democráticas no contexto analisado, havia condições que possibilitaram aos cariocas participar da vida da cidade e das decisões políticas. Essa participação, em suma, operou de duas formas distintas, mas complementares. A primeira via foi a da participação eleitoral, referente à eleição de representantes locais – especialmente legisladores, considerando que o prefeito era indicado pelo Presidente. A segunda forma, classificada como participação não eleitoral, desenvolveu-se em períodos não eleitorais, em que os cidadãos se organizavam coletivamente para peticionar e pressionar as autoridades locais. Embora a participação eleitoral tenha implicações práticas relevantes, nesta pesquisa o foco será na participação não eleitoral.

Como fonte de evidência para verificar o processo de participação não eleitoral, consultamos todos os textos publicados pelo jornal Beira-Mar de 1922 a 1930. Beira-Mar foi um jornal de bairro organizado por moradores

de Copacabana entre 1922 e 1945. Com base nas informações extraídas das notícias, obtivemos evidências sobre quais eram as demandas dos moradores e como algumas delas foram convertidas em bens ou serviços públicos.

O artigo está organizado da seguinte forma. A seção 1 destaca alguns dados históricos sobre Copacabana e sua relação com o restante do Rio de Janeiro. A seção 2 apresenta algumas reflexões teóricas sobre a participação não eleitoral e qual foi sua importância no período analisado. A seção 3 descreve a fonte de dados e apresenta os resultados obtidos por meio de sua análise. A seção 4 é dedicada à metodologia. A seção 5 discute os resultados obtidos com a análise do jornal; em seguida, apresenta um estudo de caso para monitorar como uma demanda coletiva por educação apresentada no jornal foi atendida pelo poder político local. Por fim, a seção 6 traz algumas considerações finais.

Contexto histórico

O início da história de Copacabana é geralmente atribuído ao ano de 1892. Cercada pelo Oceano Atlântico de um lado e por montanhas do outro, Copacabana esteve geograficamente isolada do resto da cidade do Rio de Janeiro até o final do século XIX. No entanto, com a abertura do Túnel *Real/Grandeza*, em 1892, Copacabana passou por um processo de desenvolvimento urbano contínuo. Particularmente a partir de 1920, os processos de verticalização e adensamento intensificaram-se. Segundo Abreu (1987, p. 72), foi também nesse período que se deu a evolução da cidade do Rio de Janeiro como reflexo de novas contradições urbanas e sociais. Enquanto os projetos de reforma e embelezamento eram desenvolvidos na área central e na zona sul, os subúrbios se tornavam cada vez mais uma área de residência dos cariocas mais pobres.

Na Tabela 1 apresentamos alguns dados demográficos comparativos sobre o Rio de Janeiro e Copacabana. Apesar do crescimento populacional geral

em toda a cidade ter avançado de 688.000 habitantes em 1900 para 3.300.000 habitantes em 1960, o aumento da concentração populacional em Copacabana foi ainda maior. Para o período de 1920-1950, por exemplo, enquanto a população da cidade dobrou (de 1.147.000 para 2.350.000), os habitantes de Copacabana se multiplicaram por seis (de 22.000 para 129.250).

Tabela 1 – Evolução demográfica comparativa entre Copacabana e a cidade do Rio de Janeiro (número de habitantes)

Anos	1872	1890	1900	1906	1920	1940	1950	1960	1970
Copacabana					40.000	74.133	129.249	183.346	240.000
Rio de Janeiro	266.831	522.651	688.000	811.443	1.157.873	1.764.141	2.377.451	3.307.163	4.315.746

Fontes: Anuário Estatístico do Distrito Federal; IBGE; Censo do Rio de Janeiro de 1906; Berger e Berger (1959); Cardeman (2016); Cardoso et al (1986), Decreto nº. 11.534, de 31 de março de 1915.

Quanto ao perfil de seus moradores, Copacabana – e a zona sul do Rio de Janeiro, em sentido mais amplo – adquiriu, ao longo do século XX, o status de bairro de classe média-alta. Segundo Cardoso (2010, p. 84), a urbanização de Copacabana foi central para a definição do conceito de "zona sul" como um lugar aristocrático, moderno, luxuoso, civilizado, higiênico, que representava o "espaço social das novas elites" da cidade.

No entanto, apesar do caráter "elitista" que historicamente esteve associado a Copacabana desde o início de sua história, autores como O'Donnell (2011), Cardoso et al (1986) e Velho (1973) alertaram para a composição demográfica heterogênea de bairros da zona sul carioca. Apesar dessa área urbana ter recebido fluxos de pessoas de maior renda durante o século anterior, observamos ao longo das décadas a presença constante de moradores de classe média e indivíduos de estratos sociais

menos abastados.

Nesse sentido, ressaltamos que o perfil de moradores destacado na análise da participação política não eleitoral foi predominantemente das classes alta e média. Havia também moradores de classe baixa no bairro, residindo principalmente nas primeiras favelas que já se formavam pela zona sul. No entanto, este ainda era um grupo numericamente minoritário entre 1922 e 1930.

A participação não eleitoral e sua relevância no início do século XX

A participação política não eleitoral refere-se a formas de mobilização e relacionamento com autoridades políticas que não se restringem à arena eleitoral. A origem moderna desta forma de participação remonta à segunda metade do século XVIII, ao período de estabelecimento da constituição americana. Naquele momento da história, a participação surgiu como uma resposta à capacidade do governo de afetar diretamente a vida de seus cidadãos. Segundo Lutz (1991), a participação política não eleitoral inclui *"everything that a person might do during elections or between elections to influence public opinion or the actions of decision-makers"* (LUTZ, 1991, p. 22). Por exemplo, essa forma de participação compreende os direitos de participar de campanhas e discussões políticas, de expressar opiniões nas ruas e em jornais, de fazer discursos públicos, de redigir e assinar petições, de participar de reuniões com outras pessoas e de expressar objeção a medidas governamentais (ibid.).

A justificativa para a existência de participação política não eleitoral em regimes não democráticos reside no fato de que mesmo em contextos em que os incentivos à participação são restritos, podem estar presentes as pré-condições que permitem que os indivíduos se associem e expressem suas ideias. Para Lutz (1991, p. 23), essas pré-condições são as seguintes: liberdade de imprensa, associação, petição e expressão.

Portanto, a participação política não eleitoral geralmente é possibilitada por um conjunto de condições constitucionais básicas que permitem ao povo exercer algum nível de controle sobre o governo por meio da mobilização coletiva (LUTZ, 1991). Nos Estados Unidos do século XVIII, a constituição estabeleceu esse conjunto de liberdades por meio da primeira emenda. No Brasil, a primeira constituição republicana, instituída em 1891, garantiu aos cidadãos nacionais as mesmas liberdades por meio do artigo 72, especialmente nos parágrafos 8, 9 e 12.

No entanto, mesmo que esse conjunto de condições estivesse presente para o caso brasileiro durante a Primeira República, foram feitas reclamações sobre de que forma os indivíduos eram realmente livres para se reunir e peticionarⁱ. No entanto, apesar da existência de momentos excepcionais de cerceamento das liberdades individuais e coletivas, evidências empíricas do período revelam a constante veiculação de críticas ao regime e seus governantes por meio de jornais, por exemploⁱⁱ.

De forma complementar, uma condição para que ocorra a participação política não eleitoral é a existência de uma sociedade civil ativa, composta por "movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas e os transmitem para a esfera pública política" (HABERMAS, 1997, p. 99). Transladando esses conceitos de sociedade civil e esfera pública para o Brasil e o Rio de Janeiro oitocentistas, partilhamos do argumento defendido por Lavallo & Szwako (2015), de que toda a agitação social que surgiu no período correspondeu com a emergência da sociedade civil brasileira. Foi nesse período da história do país que eclodiram grandes protestos (como a Revolta do Vintém e da Vacina) e a vida associativa ganhou pluralismo e densidade.

A própria existência de um regime democrático reconhecidamente débil teria dado vazão a respostas de contestação por parte da sociedade. Afinal, toda a agitação social que eclodiu entre os anos finais da monarquia e as

primeiras décadas da República atuaram enquanto “expressão de como as interconexões e interações socioestatais não esperaram o século XX e, menos ainda, um regime democrático para tomar corpo” (LAVALLE & SZWAKO, 2015, p. 165).

No entanto, nem todas as vozes e demandas foram recebidas igualmente pelos governos nacional e local. Conforme amplamente divulgado pela historiografia carioca, poucos eram os grupos sociais que, no início do século XX, conseguiam influenciar as decisões do poder público local. De um lado estavam as associações civis de médicos e engenheiros que, com seu discurso técnico, apresentaram ideias compatíveis com o projeto nacional-modernizador do período, foram ouvidas e envolvidas no processo decisório. Por outro lado, grupos de moradores de bairros mais abastados tinham maior acesso à administração pública, enquanto suas demandas eram mais propensas a serem atendidas.

Em síntese, o espaço público de disputa política no Rio de Janeiro era o seguinte: todos os moradores da capital eram amparados por direitos constitucionais que permitiam o livre e efetivo exercício da participação política não eleitoral (liberdade de imprensa, expressão e associação); porém, ao mesmo tempo, as oportunidades dadas aos cidadãos para que seus desejos e demandas fossem incorporados às políticas não foram iguais para todos. Enquanto alguns grupos possuíam canais de comunicação mais eficazes com as autoridades municipais (como associações de técnicos e moradores de bairros mais abastados, como Copacabana), outros grupos não eram atendidos da mesma forma por agentes governamentais.

Dados

Todo o trabalho de pesquisa foi possível devido à coleta de dados primários localizados em diversas fontes e arquivosⁱⁱⁱ. Dada a natureza histórica da

análise, recorreremos a notícias veiculadas por inúmeros jornais e revistas da época, além de consultar textos jurídicos, documentos oficiais e fotografias. No entanto, a principal fonte de dados foi o jornal *Beira-Mar*. Fundado em 1922, um dos principais objetivos do jornal foi divulgar os acontecimentos do bairro e defender os interesses de seus moradores. Ao longo de sua existência, o jornal veiculou uma série de solicitações de intervenções e melhorias, reforçando um argumento de que a região precisava da ação da Prefeitura.

Segundo Cardoso (2009), *Beira-Mar* foi amplamente divulgado não só em Copacabana, mas também em outras áreas da cidade. Em outubro de 1922, na sua primeira edição, o periódico teve periodicidade quinzenal e tinha 4 páginas; em 1929, passou a ser impresso semanalmente; no final de 1930, já tinha 12 páginas (com edições especiais de aniversário de até 56 laudas).

Dada a sua popularização em Copacabana e na cidade do Rio de Janeiro, o periódico acabou por abrir “caminho para a construção de uma série de imagens positivas para a Zona Sul, tornando-a, sem dúvida, mais atraente para uma parcela maior da população, que veria naquela área o objeto de desejo em termos de lugar para habitar quando comparados à Zona Norte e aos ‘subúrbios’” (op. cit. LAMARÃO, 2012, p. 142).

O'Donnell (2011), por sua vez, destacou o papel que o comerciante Manoel Nogueira de Sá teve na fundação e no desenvolvimento do periódico. “Seu Manoelzinho”, como era conhecido, nasceu em Portugal, em 1884, chegando ao Brasil com 9 anos de idade e em Copacabana aos 18.

Homem de negócios com raio de influência local, inaugurou, em 1904 (um ano após sua chegada ao então arrabalde), um dos primeiros estabelecimentos comerciais do bairro. Dois anos depois passou a chamá-lo de Bom Marché, um mercado que não tardou em fixar-

se como um dos principais pontos de referência da região. Nos anos seguintes, a Farmácia Copacabana e o Café Pernambuco abriam as portas, completando sua rede de empreendimentos. Não foi apenas como venturoso comerciante, no entanto, que Manoel de Sá criou destaque no bairro. Profundamente envolvido nas questões locais, seu nome aparecia com frequência nos abaixo assinados dirigidos à prefeitura, chegando mesmo a encabeçar ações como a mobilização em torno da implementação de um serviço de salvamento para banhistas, em 1911, quando ainda não estava estabelecido o serviço regular municipal (O'DONNELL, 2011, p. 103).

Através da atuação de Manoel Nogueira de Sá em Copacabana, o jornal despontou “como um verdadeiro centro de convergência dos interessados em assuntos concernentes ao progresso do bairro. [...] era para lá que se encaminhavam as reclamações dos moradores, assim como pedidos de resgate de pertences perdidos nos bancos da praia” (ibidem, p. 104). O jornal, em suma, se apresentou enquanto um representante dos moradores de Copacabana, para a defesa dos interesses locais: “'Beira-mar' é um jornal que advoga os direitos dos moradores de Copacabana, Leblon, Leme e Ipanema. Assim, tudo o que se vincula aos interesses do nosso bairro é causa nossa” (Beira-Mar, 26.05.1929, p. 1, *Uma revelação sensacional*).

A análise do *Beira-Mar* foi sistemática: consultamos todas as notícias publicadas pelo periódico entre 1922 e 1930. Ao todo, foram examinadas 241 edições: a primeira foi publicada em 28 de outubro de 1922, enquanto a última edição investigada data de 28 de dezembro de 1930. No total, foram analisadas 7.198 páginas do jornal.

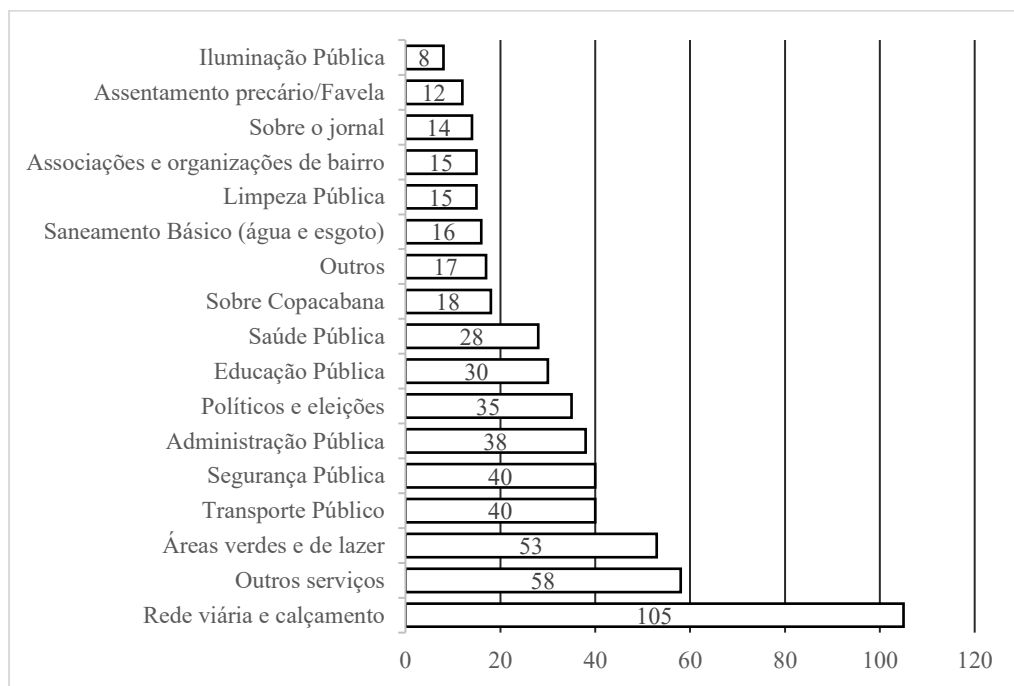
Dentre as edições examinadas, identificamos um total de 380 notícias. Para ser incluída no banco a notícia deveria, obrigatoriamente: tratar de algum serviço público (seja de responsabilidade da Prefeitura, seja de serviço concedido à empresa privada), obra ou pedido de intervenção, na qual o

jornal fornecia informes, críticas e/ou sugestões sobre a referida questão; avisos gerais sobre a administração pública, como notas sobre eleições, prefeitos, intendentes municipais e alterações em órgãos da Prefeitura; informes sobre grupos e organizações civis e políticos atuantes no bairro; textos que tratassem da história de Copacabana e do jornal.

Em seguida classificamos cada notícia de acordo com o conteúdo nela contido. Foram utilizadas 18 categorias distintas^{iv}. Visto que em inúmeros casos uma mesma notícia abordou diferentes assuntos (como, por exemplo, educação e limpeza pública), houve situações em que várias categorias foram atribuídas para uma mesma notícia. Nesse sentido, o *n* final do banco de dados foi de 549 observações.

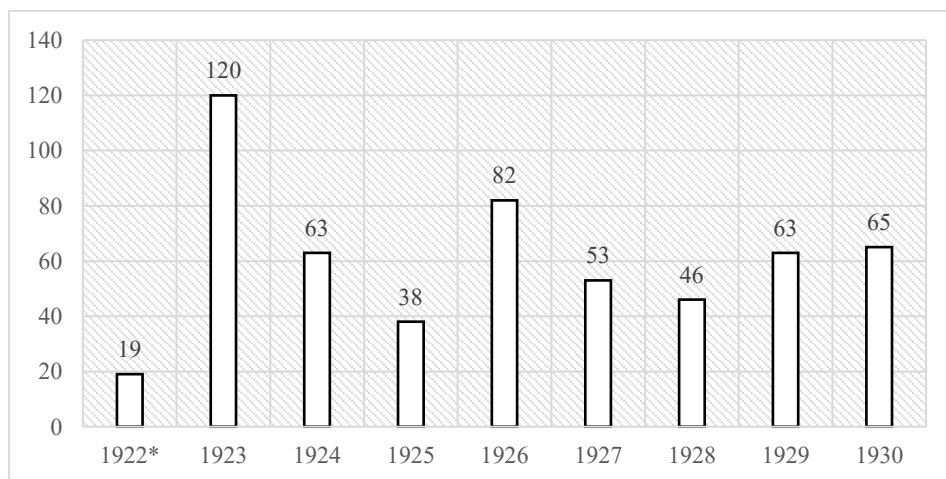
Nos gráficos abaixo sintetizamos as informações obtidas com a análise do *Beira-Mar*: no primeiro exibimos a distribuição das 549 observações dentre as diferentes 18 categorias de análise; já no segundo gráfico apresentamos a distribuição das mesmas observações, mas por ano.

Gráfico 1 – Distribuição das *notícias do jornal Beira-Mar* por categorias (*n*=549)



Fonte: Todas as notícias publicadas na Beira-Mar entre 1922 e 1930.

Gráfico 2 - Distribuição das notícias *Beira-Mar* por ano (n = 549)



Fonte: Todas as notícias publicadas na Beira-Mar entre 1922 e 1930. *1922: a partir de 28 de outubro, data da fundação do jornal.

A partir do primeiro gráfico notamos uma maior concentração de observações nas categorias *rede viária e calçamento*, *outros serviços*, *áreas verdes e de lazer*, *transporte público* e *segurança* – somaram mais de 50% de tudo o que foi coletado. Em contraste, conteúdos relacionados à *iluminação pública* e *assentamentos precários* foram os que menos receberam destaque.

Já o segundo gráfico revela que a distribuição entre os anos não foi uniforme. O ano de inauguração do jornal, 1922, teve uma proporção relativamente alta de observações. Após os primeiros dois anos apresentarem uma maior quantidade de observações, identificamos uma queda nos anos seguintes – com uma recuperação relativa em 1926. Nos dois últimos anos da série, a frequência do jornal se elevou de quinzenal para semanal; mesmo assim, em 1929 e 1930, notamos apenas observações pouco superiores à média (de 61).

Metodologia

Para analisar como e quais foram os resultados obtidos com a participação política não eleitoral, utilizamos o *Process Tracing* para revelar a conexão existente entre causas (X - demandas) e resultados (Y - implementação de políticas públicas). O *Process Tracing* é um método de pesquisa qualitativa utilizado em investigações focadas em uma abordagem baseada em casos. Um dos principais objetivos do método é entender em quais condições e quais causas um determinado resultado ocorre. Em suma, usando este método pode-se rastrear a operação de processos causais para cada caso ou conjunto de casos (Beach e Pedersen, 2019). O método pressupõe que um determinado mecanismo causal seja detalhado ("*unpacked*"), "*linking a condition (or set of conditions) with an outcome*" (ibidem, p. 132).

Com base nisso, apresentamos na Tabela 2 o mecanismo proposto para a análise das causas e resultados da participação política não eleitoral.

Tabela 2 - Mecanismo de participação política não eleitoral

Como um grupo de moradores organizados pode impactar a implementação de políticas em um contexto não democrático?								
	CAUSA	Identificando interesses comuns		Expressando a demanda		Decisão do governo		RESULTADO
		Parte 1	Parte 2	Parte 3		Parte 4		
NÍVEL TEÓRICO	Demanda de moradores por uma política pública local	Moradores que compartilham características semelhantes e homogêneas (isto é, vivem no mesmo bairro / área e pertencem a grupos sociais similares) buscam promover melhorias em suas áreas habitacionais.	Moradores decidem se reunir para identificar demandas comuns e expressar politicamente suas reclamações.	Para divulgar suas demandas ao governo, moradores possuem diferentes formas para expressar politicamente seus apelos e entrar em contato com o poder público:	1) Contatos (verbais e escritos), podendo ser:	Através das formas de participação social, o governo tem acesso à demanda de um grupo de moradores. A partir disso, o poder público possui duas alternativas principais:	O governo decide atender à demanda de moradores. Possíveis motivações:	O governo implementa política pública que atende ao desejo do grupo de moradores
					1.1) Direto: para um destinatário específico (ex.: prefeito ou secretário de obras públicas)		1) Correspondência entre os interesses do grupo e do governo;	
					1.2) Indireto: para uma instituição pública (ex.: para a Prefeitura do Distrito Federal ou Conselho Municipal)		2) A demanda atende aos interesses de outros grupos (ex.: empresas, associações civis);	
					2) Ativismo e associação civil		3) O Estado avalia que atender à demanda é estratégico para manter o regime legitimado e apoio popular.	
					3) Imprensa			
					4) Combinação de formas de participação política não-eleitoral			
Condições do Contexto	Governo representativo, não democrático, mas com garantia constitucional de liberdades básicas - de imprensa, de associação, de petição e de discurso.							

Resultados

Para analisar como e quais foram os resultados obtidos com a participação política não eleitoral, utilizamos o *Process Tracing* para revelar a conexão existente entre causas (X - demandas) e resultados (Y - implementação de políticas públicas). O *Process Tracing* é um método de pesquisa qualitativa utilizado em investigações focadas em uma abordagem baseada em casos. Um dos principais objetivos do método é entender em quais condições e quais causas um determinado resultado ocorre. Em suma, usando este método pode-se rastrear a operação de processos causais para cada caso ou conjunto de casos (Beach e Pedersen, 2019). O método pressupõe que um determinado mecanismo causal seja detalhado ("*unpacked*"), "*linking a condition (or set of conditions) with an outcome*" (ibidem, p. 132).

Relativamente ao *Beira-Mar*, a análise feita foi exaustiva. Das 549 observações que foram incorporadas ao banco de dados, a partir de agora destacamos as 393 observações que se referiam às críticas e elogios dos moradores sobre a infraestrutura e os bens públicos fornecidos pelo governo. Apresentamos na tabela abaixo a distribuição dessas críticas/elogios para cada uma das categorias utilizadas.

Tabela 3 - Distribuição das notícias de jornal de acordo com as categorias

CATEGORIA	INCIDÊNCIA	%
Rede viária e calçamento	105	26,72
Outros serviços	58	14,76
Áreas verdes e de lazer	53	13,49
Transporte público	40	18,10
Segurança Pública	40	18,10
Educação pública	30	7,63
Saúde pública	28	7,12

Saneamento Básico (água e esgoto)	16	4.07
Limpeza Pública	15	3,82
Iluminação pública	8	2.04
TOTAL	393	100,00

Fonte: Todas as notícias publicadas na Beira-Mar entre 1922 e 1930.

A partir da tabela 3, observamos que questões relacionadas ao sistema viário e calçamento foram as de maior incidência dentro do universo de notícias analisado; somado às categorias de outros serviços e áreas verdes e de lazer, estas contemplaram mais da metade dos tópicos destacados pelo periódico.

O perfil de reivindicações, portanto, diferiu do que Silva (1988) e Castro (2010) encontraram nas *Queixas do Povo*. Reforçamos, nesse sentido, que em Copacabana tratamos de um grupo sócio e territorialmente diferente daqueles que tradicionalmente se formaram na zona suburbana do Rio de Janeiro: o perfil predominante foi a classe média, e não classes populares; no que se refere às reivindicações, estas estiveram menos associadas à segurança pública, saneamento e limpeza; as demandas foram mais relacionadas à melhoria da infraestrutura viária e implantação de amenidades, como a construção de praças e jardins.

Das 393 observações sobre pedidos que identificamos na tabela 3, 44,52% ($n=175$) foram de notícias que o *Beira-Mar* veiculou na primeira página, em destaque. As categorias “rede viária e calçamento” e “áreas verdes e de lazer” continuaram sendo as mais recorrentes, seguidas por “outros serviços” e “educação pública” (Tabela 4).

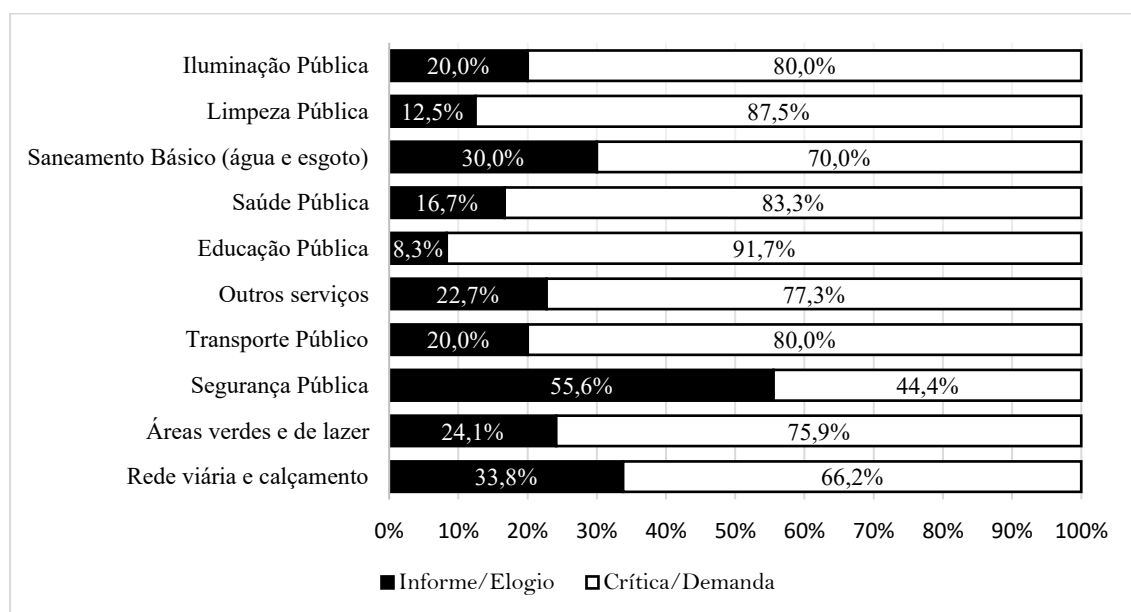
Tabela 4 - Distribuição das categorias presentes na primeira página do *Beira-Mar*

CATEGORIA	INCIDÊNCIA	%
Rede de estradas e pavimentos	53	30,29
Áreas verdes e de lazer	31	17,71
Outros serviços	26	14,86
Educação pública	17	9,71
Saúde pública	15	8,57
Transporte público	12	6,86
Saneamento Básico (água e esgoto)	8	4,57
Limpeza Pública	8	4,57
iluminação pública	4	2,29
Segurança Pública	1	0,57
TOTAL	175	100,00

Fonte: Todas as notícias publicadas na Beira-Mar entre 1922 e 1930.

Na análise interna de cada categoria ainda criamos duas subdivisões para diferenciar se a notícia expôs uma “crítica/solicitação/demanda” junto ao poder público ou empresa privada responsável, ou se apresentou um “informe geral ou elogio” sobre a ação da Prefeitura ou empresa em determinada obra. Em relação à “rede viária e calçamento” identificamos 105 notícias, sendo que 62 (59%) apresentaram algum tipo de crítica ou pedido de intervenção para alguma rua ou área do bairro; já 43 notícias (41%) foram de informes gerais ou elogios a alguma obra ou ação do prefeito ou intendente nesta categoria. No gráfico 3 apresentamos a relação entre “informe geral/elogio” e “crítica/solicitação/demanda” para as demais categorias.

Gráfico 3 – Distribuição das categorias entre “informe/elogio” e “crítica/demanda” (%)



Fonte: Todas as notícias publicadas na Beira-Mar entre 1922 e 1930.

A partir do gráfico acima constatamos que, com exceção da categoria “Segurança Pública”, em todas as demais a “crítica/demanda” superou o “informe/elogio”. Em outras palavras, o resultado demonstrou que o jornal exerceu ao longo dos anos 1922-1930 um importante papel de veiculador de críticas e demandas ao constantemente expor cobranças de melhorias para diversas áreas do bairro de Copacabana.

Dentre os “informes” e “críticas” mais recorrentes do período 1922-1930,

45,2% (177 observações) estiveram associados à três endereços específicos do bairro: Avenida Atlântica, Rua do Barroso e Túnel Velho. Estas localidades foram as mais mencionadas pelo *Beira-Mar* ao longo das edições analisadas.

Quanto à efetiva intervenção do município após a exposição da demanda/crítica, o resultado indicou que algumas das reivindicações encaminhadas ao poder público e/ou empresas prestadoras de serviço foram atendidas. Das notícias analisadas identificamos que quinze intervenções foram efetuadas em Copacabana após o pedido do jornal e/ou dos moradores, sendo elas:

1. Ladeira do Leme: construção de uma bica, após solicitação de moradores;
2. Transporte público: retirada dos pingentes nos "auto-omnibus" após reclamações do Beira-mar e outros jornais;
3. Rua Barata Ribeiro: finalização do trecho da rua entre a Ladeira do Leme e o Túnel Novo;
4. Praça Serzedello Corrêa: instalação de uma "banca de música", após pedido de moradores e do jornal;
5. Rua de Copacabana: modificação do ponto de parada dos bondes, alocando-o em frente ao edifício do Cinema Atlântico;
6. Túnel Novo: realização de troca do calçamento e mudança de trilhos;
7. Avenida Atlântica: conclusão das obras do corte do Inhangá;
8. Avenida Atlântica: reconstrução da avenida, após os estragos decorrentes das ressacas (atendida parcialmente);
9. Rua do Barroso: realização de calçamento;
10. Travessa Miranda: realização de calçamento;
11. Praça Serzedello Corrêa: instalação de um "guignol", para o lazer das crianças do bairro;
12. Túnel Velho: obras de ampliação e melhoramento;
13. Rua do Barroso: nivelamento do passeio da Vila Mimi;

14. Escola Profissional N. S. da Paz: inauguração de escola após campanha do jornal;
15. Escola Modelo: construção da primeira escola pública em Copacabana, após campanha do Beira-Mar.

Da lista acima inferimos que após as críticas, para pelo menos alguns dos casos, o poder público procurou dar encaminhamento ao pedido, realizando os trâmites necessários para a sua execução. Notamos também o perfil diverso das solicitações atendidas: passaram pela mudança da parada do bonde até a execução de obras de maior vulto, como a reforma e ampliação de túneis.

Dentre o conjunto de reivindicações veiculadas e não atendidas, listamos aqui as seguintes: arborização das Ruas Barata Ribeiro, Copacabana, Hilário de Gouvêa e Valladares; melhoria do sistema de esgoto; ausência de placas nas ruas; iluminação pública da Rua Santa Clara; construção de praças de jogos infantis; limpeza da Praça Cardeal Arcoverde; falta de água na Avenida Rainha Elizabeth; abandono da Praça 20 de Setembro; ausência de bancos no Posto 6; falta de escada para acesso à praia; e buracos e água estagnada na Rua Paula Freitas. Existiu ainda um segundo conjunto de críticas, estes encaminhados diretamente à Light, principal responsável pelo serviço de transporte público do bairro: moradores exigiram contratação de pessoal que prestasse melhor atendimento ao público e reclamaram dos bondes super-lotados, que além disso eram “lentos, empoeirados e estardalhantes” (Beira-Mar, 21.06.1925, p. 1, Leblon-Mauá/Leblon-Tijuca).

Apesar da lista acima demonstrar a ausência da intervenção estatal em uma série de questões do bairro, as três localidades que mais receberam críticas e demandas pelo jornal (Avenida Atlântica, Rua do Barroso e Túnel Velho) foram alvo, em menor ou maior medida, de intervenção estatal no período. A reincidência de um mesmo pedido para uma mesma localidade, portanto, pareceu ser um determinante para que o poder público optasse

por atender a demanda da população.

De modo geral, o *Beira-Mar* ainda reconheceu a “evidente bôa vontade da parte dos poderes públicos” para com o bairro, embora os pedidos fossem atendidos de forma lenta e “vagarosa” (Beira-Mar, 07.11.1926, p. 1, *Estão de parabéns os petizes de Copacabana! Em breves dias terão inaugurado o “guignol” na Praça Serzedello Corrêa*). Houve também um reconhecimento dos altos custos relativos à implantação destas melhorias, mas como se tratava de um bairro “de moradias elegantes, centro de turismo e de repouso balneario, merece ella, e exige, com sobrançeria, todos os possíveis sacrificios municipaes em prol de seu embelezamento e conservação” (idem).

Resultados Estudo de caso: uma escola em Copacabana, Sr. Prefeito!^{vi}

A agenda da educação pública e gratuita foi tema de constante debate na cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX. Desde o período de transição entre Colônia e Império, a instrução popular na capital (e no Brasil como um todo) foi classificada como “deplorável” por figuras políticas e intelectuais do país (ZICHIA, 2008). Durante os séculos XIX e XX, leis e reformas foram instituídas como estratégia para combater essa situação, da mesma forma que proliferaram os estabelecimentos de ensino na capital brasileira. Isso não impediu, no entanto, que a intervenção estatal na educação fosse contestada e criticada pelos moradores da cidade.

Entre as camadas populares residentes na zona central e periferia do Rio de Janeiro, a educação pública não foi alvo de grandes reclamações durante a Primeira República, conforme a análise das *Queixas do Povo* feita por Silva (1988) e Castro (2010). Na zona sul da cidade, especificamente em Copacabana, a educação não era a pauta mais demandada, mas a ausência de uma escola primária no bairro foi alvo de frequentes protestos dos moradores ao longo da década de 1920. Entre 1889-1930, apesar da

construção e inauguração de 54 escolas primárias em diferentes áreas do Rio de Janeiro (CREP-RJ, 2004), nenhuma instituição desse tipo foi construída em Copacabana^{vii}.

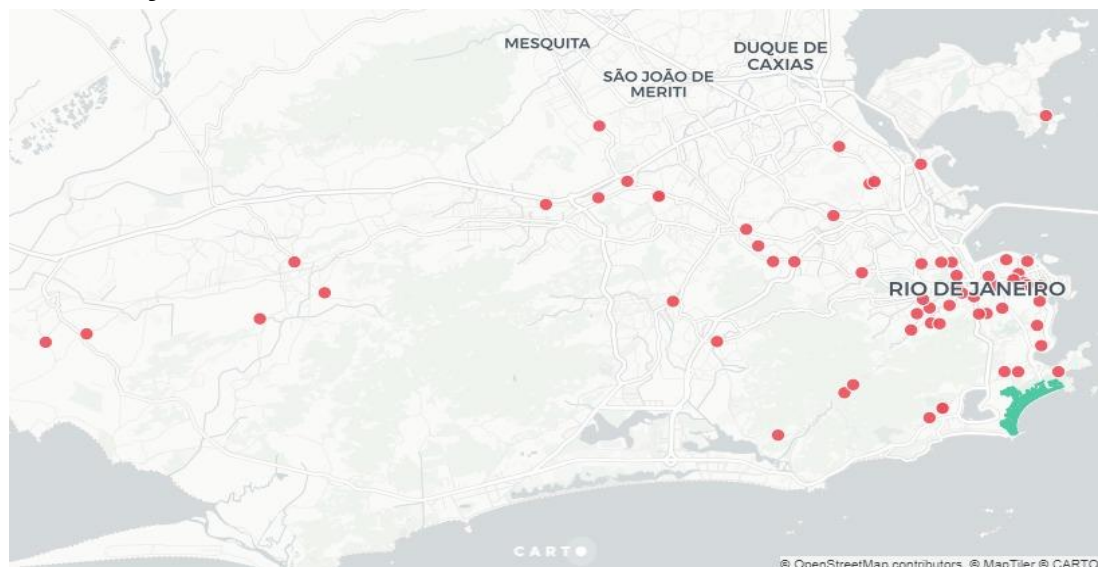
Com base nas considerações feitas acima, prosseguimos com a análise do caso. Para cada uma das partes do mecanismo proposto na seção de metodologia, apresentarei evidências empíricas para demonstrar como a demanda dos cidadãos por uma escola foi convertida na efetiva construção da mesma pelo governo local.

a. Causa – Detectando demanda de moradores

A questão da educação pública em Copacabana foi recorrentemente abordada pelo *Beira-Mar* em seus primeiros anos de existência. Em sua segunda edição, publicada em 18.11.1922, o jornal Copacabana alertava para a necessidade de construir “uma escola grande” em “um bairro tão culto” (*Beira-Mar*, 18.11.1922, p. 2, *Ensino em Copacabana*). Entre 1922 e 1934, pelo menos vinte e sete denúncias foram publicadas pelo jornal sobre a falta de escola primária no bairro, além de outras denúncias sobre ensino profissionalizante e educação noturna para os comerciantes do bairro.

Ao comparar as queixas dos moradores de Copacabana com os dados escolares disponíveis no *Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro* (CREP-RJ), percebemos que as queixas dos moradores eram procedentes. De fato, até maio de 1934, nenhuma escola primária pública havia sido aberta no bairro (CREP-RJ, 2004). Enquanto isso, em outros bairros da zona sul, a construção das primeiras escolas ocorreu no século XIX e primeiras décadas do século XX: Gávea (1874, 1925), Glória (1875, 1908), Flamengo (1908), Botafogo (1909, 1910) e Urca (1911).

Figura 1 – Instituições de ensino fundamental inauguradas na cidade do Rio de Janeiro entre 1870 e 1934



Nota: O bairro de Copacabana está representado na área verde do mapa.

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados no Centro de Referência em Educação Pública do Rio de Janeiro, 2004. Escala 1/500.000 (cm).

Um dos argumentos que poderiam explicar o fenômeno retratado na figura acima é o seguinte: Copacabana era um bairro relativamente novo quando comparado a outras localidades da zona sul, como Flamengo, Botafogo e Gávea. O início da ocupação de Copacabana ocorreu apenas na última década do século XIX, intensificando-se na década de 1920. No entanto, de acordo com os dados de densidade populacional do Censo de 1920, o bairro de Copacabana já tinha mais moradores por área do que alguns outros bairros do Rio de Janeiro que receberam investimentos do Estado para a construção de escolas.

Da mesma forma, quando olhamos para os dados sobre tamanho da população em idade escolar (6-12 anos) e a sua respectiva distribuição entre os distritos do Rio de Janeiro, constatamos novamente que Copacabana tinha em 1927 números similares ao de outras áreas da zona

sul que contavam ao menos com duas escolas públicas primárias, como Glória, Lagoa e Gávea (Censo Escolar, 1927, apud Paulilo, 2013, p. 579).

b. Partes 1 e 2 - Identificando interesses comuns

Ressaltamos na Tabela 2 que o compartilhamento de características e interesses comuns entre moradores de um mesmo bairro é um componente importante do mecanismo causal. Pertencer a um grupo homogêneo, que defende a mesma pauta, é um dos passos iniciais para que uma demanda se converta numa causa pela qual a comunidade resolva se mobilizar e cobrar o poder público pela sua realização. Copacabana na década de 1920 era um bairro que iniciava um processo de popularização, apesar de ainda concentrar residentes de maior poder aquisitivo. Já o *Beira-Mar*, enquanto veículo defensor dos interesses do bairro, recorrentemente se posicionou a favor das solicitações de moradores pertencentes ao perfil de classe média e alta.

No caso da educação, todavia, apesar do periódico ainda representar majoritariamente os moradores mais ricos, uma das justificativas dadas para a defesa da causa foi “onde educar as crianças pobres se não há escolas publicas em Copacabana?” (Beira-Mar, 31.03.1929, p. 1, *Onde educar as crianças pobres se não há escolas publicas em Copacabana?*). Na mesma notícia o jornal ainda disse: “Os ricos não se apertam com a falta de collegios municipaes, porque os estabelecimentos particulares de ensino se multiplicam; mas as familias sem recursos? Aonde os paes pobres hão de mandar os filhos; se o Prefeito da Cidade não funda escolas?” (idem). O pedido por uma escola pública em Copacabana, portanto, aparentemente transcendeu o interesse do típico morador burguês do bairro; segundo o *Beira-Mar*, era um melhoramento também requisitado pelos residentes mais pobres. E existiam, de fato, escolas particulares no bairro, onde o público mais rico poderia ser atendido.

Além da motivação mais assistencialista, observamos que a demanda dos moradores por uma escola pública também foi impulsionada pela

convergência de três outros motivos comuns: (1) a identificação da educação como elemento central para a formação do cidadão, (2) a maior qualidade do ensino público em relação ao privado e (3) a necessidade de um bairro “culto” como Copacabana ter uma escola à altura de sua importância e relevância.

c. Parte 3 – Expressando a demanda

A efetivação da participação política não eleitoral em Copacabana para o caso analisado se deu pela combinação das diferentes formas de participação social que listamos na Tabela 2. Os moradores, nesse sentido, fizeram contatos com o poder público e utilizaram a imprensa para veicular seus desejos e aspirações, da mesma forma, que formaram uma associação em torno da figura do *Beira-Mar* para concentrar seus esforços na luta pela construção da escola.

Em relação aos contatos verbais e escritos produzidos por moradores de Copacabana e pelo próprio *Beira-Mar*, identificamos duas evidências centrais para demonstrar como transcorreu a participação social. A primeira delas diz respeito a um abaixo assinado, encaminhado ao então prefeito do Distrito Federal – Sr. Alaor Prata – em 1926. O documento foi assinado por 15.000 indivíduos – cerca de 66% da população do bairro, considerando dados do Censo de 1920 – e reclamou o seguinte:

Exmo. Sr. Dr. Prefeito do Districto Federal,
Os abaixo assignados, maiores de 21 annos, casados, moradores no bairro de Copacabana, também denominado "bairro que Deus esqueceu", por aquelles que não reconhecem a solicitude com que a Light attende ao transporte rapido, a clareza e a abundancia da agua bevel distribuida ao bairro, o religioso silencio que é mantido pelas sereias dos automoveis, baseados numa remota lei - Constituição Federal (V. Exc. sabia da existência desse perigoso codigo?) - que, apezar da lei de imprensa, permite alguns direitos periclitantes como o de petição, vêm os signatarios desta - admiradores

sinceros duma autoridade que tanto tem feito em pról do desenvolvimento das bellezas naturaes da cidade, modernizando-a, economicamente, com vallas higienicas, outeirotos de asfalto de lindo effeito esthetico, e esplendidos buracos - vêm, escrevemos acima, solicitar a V. Exc. que desvie, por alguns instantes, os olhos progressistas dessas obras patrioticas, que rivalisam com a nossa natureza, e queira dotar Copacabana de uma escola modelo, que tanta falta faz ao populoso bairro.

Pedimos ainda que a V. Exc. que a esse respeito não consulte o M. D. Director da Instrucção Pública Municipal, pois S. Exc., com quem infelizmente estamos em desaccordo, permanecendo fiel ás suas ideias de desenvolver entre nós esse lindo e futuroso analphabetismo, que sob a sua égide tão pujantemente desabrocha em frescas flores perfumando os céos diaphanos e luminosos destes pagos, tem, até hpje, permanecido surdo aos nossos mais instantes pedidos, e informará, sem duvida, contra a nossa modesta pretensão.

Esperam deferimento (Beira-Mar, *Uma escola modelo para Copacabana*, Snr. Prefeito!, 02.05.1926, p. 1).

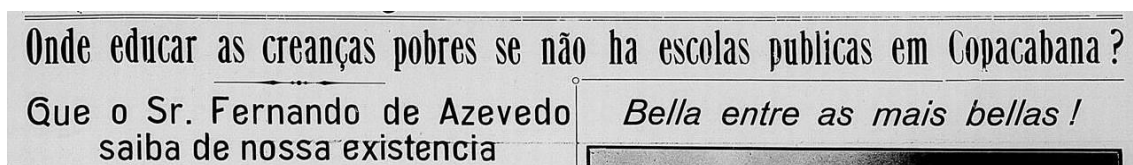
Além dos abaixo assinados, localizamos um segundo tipo de registro sobre as formas de participação política não eleitoral – contato com o poder público – realizadas pelos moradores. Em maio de 1929, por exemplo, *Beira-Mar* entrevistou o Diretor da Instrucção Pública, Fernando Azevedo – não era mais Carneiro Leão, criticado na petição. Por meio da conversa com o Diretor, ficou evidente o papel de porta-voz e intermediário exercido pelo *Beira-Mar*, pois foi o jornal que propiciou o diálogo para viabilizar o projeto da escola.

Em relação a outras formas de participação – ativismo e associação civil – não identificamos em Copacabana registros de grandes manifestações de rua, bem como associações que exigiam uma agenda educacional específica – exceto as ligas contra o analfabetismo. De todo modo, das

evidências que apresentamos até o momento vemos que houve um ativismo em torno da causa escolar – moradores se reuniram para escrever abaixo assinados, o jornal local funcionou como veículo que agregava e expressava a demanda. Nesse sentido, a própria movimentação que se criou no bairro por causa da demanda educacional sugeriu a existência de movimentos associativos e ativistas entre os moradores.

Em relação à imprensa, a seguir destaco três recortes com as principais chamadas feitas pelo jornal sobre a necessidade de implementação de uma escola pública em Copacabana.

Figuras 2, 3 e 4 – Recortes do *Beira-Mar* sobre a demanda da escola pública



Bella entre as mais bellas !



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Referências:

Beira-Mar, 31.03.1929, p. 1, *Onde educar as crianças pobres se não há escolas em Copacabana?*.

Beira-Mar, 09.06.1929, p. 1, *A situação escolar infantil de Copacabana é angustiosa.*

Beira-Mar, 28.12.1930, p. 1, *A Prefeitura vae construir 140 predios escolares? Com quantos predios será contemplada Copacabana?*.

d. Parte 4 – A avaliação do governo

Através de distintos e variados meios – abaixo assinados, entrevistas, visitas e notícias de jornal – o poder público municipal foi notificado por moradores de Copacabana da necessidade de construção de uma escola pública primária no bairro. No mesmo contexto em que fizeram essa mobilização, na década de 1920 o momento político parecia favorável para a edificação de escolas na capital do país – quando comparado a décadas precedentes. Conforme vimos na abertura do capítulo, esse foi um período em que educadores reformistas assumiram postos de comando da Diretoria Municipal de Instrução Pública, assim como cresceu o número de matrículas e de escolas primárias no Distrito Federal. Entretanto, mesmo com o aparecimento de um contexto mais propício a mudanças no ensino, a demanda de Copacabana foi totalmente atendida apenas em 1934, durante a gestão do prefeito Pedro Ernesto e do diretor do Departamento de Educação Anísio Teixeira.

Desde o nascimento da demanda, em novembro de 1922, até o momento em que ela foi atendida, em maio de 1934, a cidade do Rio de Janeiro teve cinco prefeitos – Alaor Prata, Antônio da Silva Prado Júnior, Adolfo Bergamini, Julião Esteves e Pedro Ernesto Baptista – e três principais diretores de instrução pública – Antônio Carneiro Leão, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira.

Alaor Prata e seu secretário do Conselho Municipal de Instrução Pública, Carneiro Leão, buscaram implementar uma agenda de reformas no sistema de ensino da capital. No entanto, apesar dos projetos visionários de Carneiro – influenciados pelo movimento da *Escola Nova* – não havia

contrapartida estatal em termos de recursos financeiros para viabilizar as mudanças desejadas (SILVA E MACHADO, 2009). De fato, no livro *Recordações da Vida Pública*, o prefeito Alaor Prata afirmou que seu antecessor na Prefeitura (Carlos Sampaio) deixou o Distrito Federal cheio de dívidas, o que teria dificultado a atuação do município em diversas áreas do interesse público (SILVER, 1958).

Em contrapartida, o sucessor de Alaor Prata, prefeito Antônio Prado, recebeu inúmeras felicitações do Jornal *Beira-Mar*. Quando Prado se aproximava do fim de seu mandato, *Beira-Mar* elogiou o prefeito e todo o trabalho que ele fez pelo bairro; o jornal afirmava ainda que Prado e o engenheiro Edison Junqueira Passos "sabiam entender as aspirações dos 100 mil habitantes de Copacabana" (*Beira-Mar*, 29.06.1930, p. 5, *Copacabana e sua grande transformação*). No entanto, os elogios e o bom relacionamento com o prefeito não foram suficientes para que o chefe do Executivo municipal e seu secretário do Conselho Municipal de Instrução Pública, Fernando Azevedo, atendessem à demanda dos moradores pela construção de uma escola em Copacabana.

No entanto, foi na década de 1930, com Pedro Ernesto (prefeito) e Anísio Teixeira (diretor da Secretaria de Educação), que Copacabana recebeu a tão desejada escola pública primária. Tanto Ernesto quanto Teixeira desenvolveram um amplo projeto educacional na cidade do Rio de Janeiro que beneficiou, não apenas bairros da zona sul, como Copacabana, mas também (e principalmente) a periferia da capital.

Em relação à Copacabana, não localizamos via *Beira-Mar* grandes críticas ou um contato mais próximo entre moradores e Anísio Teixeira – tal como vimos com Carneiro Leão e Fernando Azevedo. Menções ao diretor do Departamento de Educação foram pontuais, para relatar a participação de Teixeira em algum evento ou com breves notas para indicar seus livros. Em 28.11.1931, dois meses após a posse de Ernesto e Teixeira, o jornal reclamou da situação educacional no bairro, mas reconheceu que a gestão

do prefeito e do diretor estavam no início e que ambos já haviam nomeado uma comissão para avaliar as necessidades escolares do Rio de Janeiro (Beira-Mar, 28.11.1931, p. 1, *Pela cultura do Brasil de amanhã!*).

Em suma, durante o período Ernesto-Teixeira, houve uma confluência de interesses e motivos que originaram no atendimento da demanda dos moradores, com a efetiva inauguração da escola. A medida se concretizou, quando o Coronel Anacleto da Costa Barcellos e sua esposa, D. Maria Gabriela Cocio Barcellos, fizeram uma doação à municipalidade, dando o devido conhecimento ao Sr. Interventor do Distrito Federal de que a oferta se destinava a construção de uma instituição para o ensino primário em Copacabana (Beira-Mar, 12.08.1933, p. 1, *Copacabana terá brevemente a sua escola pública Modelo*). Com isso, as obras começaram ainda em 1933 e, em maio de 1934, a escola pública foi inaugurada.

e. Resultado - A demanda foi convertida em bem público

Atualmente denominada Escola Municipal Doutor Cício Barcellos, a primeira instituição de ensino público de Copacabana foi inaugurada em 26 de maio de 1934, doze anos após o jornal ter publicado a primeira matéria solicitando sua construção, em 1922. Um aspecto interessante do atendimento da demanda que destacamos aqui é que apesar da ação de Anacleto da Costa Barcellos e Maria Gabriela Cocio Barcellos (de fazer uma doação à municipalidade) ter operado como um estopim para que a construção da escola *de facto* se concretizasse, não podemos nos esquecer de toda a trajetória de lutas e pressões que antecederam esse evento. Sem toda a mobilização que moradores e jornal fizeram durante anos, de maneira contundente, o desfecho poderia ter sido diferente do que identificamos aqui.

Ainda na década de 1930 foram iniciadas as obras para a construção de uma nova instituição de ensino público no bairro – a Escola Municipal Dom Aquino Corrêa, com o projeto de Escola-Parque desenvolvido por Anísio Teixeira. A inauguração deste último estabelecimento, todavia, ocorreu

apenas em 1962 (CREP-RJ, 2019). Essa foi uma das razões para que, mesmo após maio de 1934, os moradores continuassem com a sua demanda por uma nova escola – pois o bairro continuava a crescer e a oferta não acompanhava a demanda.

Conclusão

Neste artigo procuramos sinalizar como as demandas coletivas dos moradores foram construídas, processadas e (em alguns casos) convertidas em bem público na cidade do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX. Embora a análise tenha sido feita para um caso único, de um segmento específico, demonstramos as capacidades e oportunidades que os cidadãos tinham para pressionar o Estado e ter suas demandas atendidas em um contexto não totalmente democrático.

Particularmente em relação ao estudo de caso, observamos que no processo de doze anos entre o nascimento da demanda e seu atendimento, houve um diálogo entre governo local e sociedade civil. Através de formas não eleitorais de participação política, os cidadãos foram mobilizados e as autoridades municipais tiveram, de alguma forma, que responder aos apelos da população. Além disso, como a conquista não foi direta – ou seja, houve várias idas e vindas, promessas cumpridas e não cumpridas – o mecanismo assumiu uma dinâmica circular, em que toda vez que a demanda não era atendida, os moradores se reuniam novamente para pressionar.

A análise do caso também destacou a importância de considerar a dimensão espacial das políticas públicas implementadas no meio urbano. Copacabana, nesse sentido, compreendeu bem as consequências dessa dimensão, pois, apesar de suas belezas naturais e dos serviços públicos de maior qualidade que seus moradores usufruíam (em relação aos subúrbios da cidade), o bairro foi um dos últimos da capital a ser dotado de uma escola pública primária. Nessa perspectiva, é importante destacar que,

embora os moradores de classe média alta tivessem um maior diálogo com o poder público, para muitos dos tomadores de decisão do período a prioridade era democratizar o acesso à educação no Rio de Janeiro e no Brasil – e isso envolveu principalmente a construção de escolas nos subúrbios, onde viviam as classes mais baixas, e não na "chique" e "elegante" Copacabana. Isso explica, em parte, por que encontramos reclamações sobre a educação pública em Beira-Mar e por que não observamos a mesma contrapartida nas Queixas do Povo analisadas por Silva (1988) e Castro (2010).

Por fim, pode-se dizer que a participação política não eleitoral assumiu diferentes formas e proporcionou oportunidades reais para o envolvimento do cidadão nos assuntos políticos. Essa pode ter sido uma das principais contribuições deste trabalho para os debates desenvolvidos até então nos campos da Ciência Política e da História. Se, na historiografia clássica do Rio de Janeiro, foram inúmeros os trabalhos já produzidos sobre protestos e grandes mobilizações da Primeira República – Sevcenko (1984) e Carvalho (1987) – e sobre o movimento associativo – Viscardi (2009) e Fonseca (2008) – as pesquisas que analisam o cotidiano da vida política na capital do país fora desses grandes momentos de ação coletiva são ainda menos numerosas. Nesse sentido, este artigo uniu-se aos esforços empregados por pesquisadores como Silva (1986) e Lamarão (2012) para compreender as “pequenas questões” do cotidiano dos cariocas, o que eles queriam e como se mobilizavam para conseguir melhorias.

NOTAS

ⁱ Guimarães & Franco (2006), por exemplo, públicos e de correio.

trataram da censura nos anos iniciais da República, demonstrando a perseguição sofrida por jornais do Rio de Janeiro e São Paulo que veiculavam propaganda de oposição ao novo regime.

ⁱⁱ Nesse universo, as caricaturas das revistas *O Malho* e *Careta* exemplificam algumas das iniciativas de oposição ao governo veiculadas pela imprensa.

ⁱⁱⁱ A coleta de todo esse material ocorreu a partir de visitas aos seguintes locais: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira, Arquivo Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, Acervo Fotográfico do Instituto Moreira Salles, Acervo Digital do Jornal O Globo, Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Acervo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

^{iv} As categorias foram as seguintes: Administração Pública; Áreas verdes e de lazer; Assentamento precário/Favela; Associações e organizações; Educação Pública; Iluminação Pública; Limpeza Pública; Outros serviços; Políticos e eleições; Projeto de Lei/Lei/Decreto que trate de Copacabana; Rede viária e calçamento; Saneamento Básico (água e esgoto); Saúde Pública; Segurança Pública; Sobre Copacabana; Sobre o jornal; Transporte Público; Outros.

^v Na categoria “Outros serviços” incluímos, por exemplo, instalação de posto telegráfico, abertura de agência de bancos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEACH, D.; PEDERSEN, R. B. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, G. A. Las cartas al poder. Definición y evolución de una práctica epistolar (siglos XVI al XX), **Historia Social**, no. 38, janeiro-junho 2020, p. 46-70.

CIBOTTI, E. Mutualismo y Política. Los italianos en Buenos Aires: “Unione e Benevolenza” entre 1858 y 1865. Un estudio de caso. **Boletín del Departamento de Historia - Facultad de Humanidades**, no. 8, 1988, p. 5-45.

CREP-RJ - Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro. **Escolas da Era Vargas (1931 -**

- 1945). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_era_vargas/escolas_era_vargas.htm>. Acesso em: 01.02.2019.
- CREP-RJ - Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro. **Escolas da Primeira República (1889 - 1930)**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_1a_republica/escolas_1a_republica.htm#primeira_republica>. Acesso em: 01.02.2019.
- CREP-RJ - Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro. **Escolas do Imperador**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/uuee_esc_imperador.htm>. Acesso em: 01.02.2019.
- DAHL, R. A. **Polyarchy: Participation and Opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.
- FREIRE, A. O. G. **Uma capital para a República**: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- FREIRE, A. O. G. **Sinais trocados**: o Rio de Janeiro e a República brasileira. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- FREIRE, A. O. G.; SARMENTO, C. E. **Três faces da cidade**: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: MOTTA, M.; FREIRE, A. O. G.; SARMENTO, C. E. A política carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 21-52.
- JESUS, R. P. de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007, p. 144-170.
- LAMARÃO, S. As revistas como fonte para a história da cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 6, 2012, p. 129-143.
- LUTZ, D. S. **Political participation in Eighteenth-Century America**. In: FINKELMAN, P.; GOTTLEIB, E. S. (Ed.). *Toward a Usable Past*. Athens: University of Georgia Press, 1991, p. 19-49.
- MARQUES, E. C. L. Em busca de um objeto esquecido: A política e as políticas do urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 95/2017.
- MARQUES, E. C.; BICHIR, R. M. Estado e Espaço Urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 16, p. 9-29, jun. 2001.
- PAULILO, A. L. O rendimento escolar no Distrito Federal entre 1922 e 1935. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, no. 149, mai./ago. 2013, p. 570-595.
- PRATA, A. **Recordações da Vida Pública**. Rio de Janeiro: s. ed., 1958.
- SABATO, H. Citizenship, Political Participation and the Formation of the Public Sphere in Buenos Aires 1850s-1880s. **Past & Present**, no. 136, Aug.

1992, p. 139-163.

SABATO, H.; CIBOTTI, E. Hacer política en Buenos Aires: los italianos en la escena pública porteña 1860-1880. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. E. Ravignani"**, vol. 3, no. 2, 1 semestre de 1990, p. 7-46.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, E. **As queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, J. A. P. da. MACHADO, M. C. G. Carneiro Leão e a reforma do Rio de Janeiro: 1922-1926. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS.

2009. **Anais "História, Sociedade e Educação no Brasil"**. Campinas: Unicamp, 2009.

VARGAS, R. H. T. La protesta cívica en Colombia a principios del siglo XX (1902-1930). **Revista Diálogos de Saberes**, no. 25, julho-dezembro 2006, p. 335-356.

VISCARDI, C. M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 58, 2009, p. 291-315.

ZICHIA, A. de C. **O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.